

APRESENTAÇÃO

UMA REDE QUE SE ESCREVE: DIREITO, LITERATURA E TRADUÇÃO NO XIV CIDIL

Publicar os Anais de um congresso é mais do que registrar aquilo que nele foi apresentado. É prolongar o encontro. Ideias inicialmente formuladas como hipóteses de pesquisa, submetidas à interlocução nos Grupos de Trabalho, confrontadas por perguntas e reelaboradas a partir do debate deixam a temporalidade própria do evento para integrar a memória escrita de uma comunidade científica.

É nesse sentido que a Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL) apresenta os Anais do XIV Colóquio Internacional de Direito e Literatura (CIDIL), realizado sob o tema “Direito, Literatura e Tradução”. Em sua décima quarta edição, o CIDIL reuniu, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2025, no Goethe Institut, em Porto Alegre, pesquisadores, professores, estudantes e profissionais provenientes de diferentes instituições e regiões do país, aos quais se somaram os participantes dos Grupos de Trabalho realizados em modalidade on-line nos dias 23 e 24 de novembro.

Chegar à décima quarta edição de um evento científico dedicado a uma área interdisciplinar representa mais do que longevidade. Representa continuidade institucional, formação de pesquisadores, constituição e fortalecimento de grupos de pesquisa, circulação bibliográfica, amadurecimento metodológico e, sobretudo, a formação de uma comunidade de interlocução.

Ao longo dessa trajetória, o CIDIL tornou-se um dos principais espaços de encontro promovidos pela RDL e uma expressão particularmente significativa do trabalho que a Rede

vem desenvolvendo no fomento aos estudos e às pesquisas que aproximam Direito e Literatura. A cada edição, novos temas, autores, obras, referenciais teóricos e problemas de pesquisa passam a integrar esse diálogo. Mais do que ampliar quantitativamente esse campo, trata-se de contribuir para intensificá-lo, densificá-lo e sofisticá-lo.

Essa tarefa é especialmente importante porque campos de investigação não se consolidam apenas pela existência de pesquisadores interessados em determinados objetos. Eles necessitam de espaços de interlocução, critérios de reconhecimento científico, oportunidades para apresentação e discussão de pesquisas, veículos para sua publicação e, sobretudo, condições para que diferentes gerações de pesquisadores possam encontrar-se e colocar seus trabalhos à prova.

Uma rede científica, nesse sentido, não é apenas uma rede de pessoas. É também uma rede de circulação de problemas, conceitos, textos, referências e perguntas.

É precisamente essa dimensão que os números do XIV CIDIL ajudam a tornar visível. O Colóquio reuniu 156 trabalhos, distribuídos entre seus quatro tradicionais Grupos de Trabalho, dos quais 83 foram apresentados presencialmente e 73 em modalidade on-line. As pesquisas organizaram-se em torno dos quatro eixos que estruturam o CIDIL: GT1 – Direito, Literatura e Tradução; GT2 – Direito, linguagem e narrativa; GT3 – O Direito através da literatura; e GT4 – Direito e Humanidades.

O GT1 – Direito, Literatura e Tradução reuniu 22 trabalhos; o GT2 – Direito, linguagem e narrativa, 29; o GT3 – O Direito através da literatura, 69; e o GT4 – Direito e Humanidades, 36. A distribuição é, ela própria, reveladora do momento vivido pelo campo. O eixo tradicionalmente associado aos estudos de Direito e Literatura (aquele que investiga o Direito através das obras literárias) permanece vigoroso, concentrando 44,2% dos trabalhos homologados. Ao mesmo tempo, mais da metade das pesquisas distribuiu-se entre os problemas da tradução, da linguagem e da narrativa e as interfaces mais amplas entre Direito e Humanidades.

Há, portanto, simultaneamente continuidade e deslocamento.

Se um primeiro movimento dos estudos em Direito e Literatura foi necessário para abrir o Direito à experiência literária, o desafio contemporâneo parece ser outro: produzir pesquisa cada vez mais rigorosa no espaço que essa abertura tornou possível. Isso significa ultrapassar aproximações em que a obra literária aparece apenas como ilustração de categorias jurídicas previamente estabelecidas e reconhecer que literatura, linguagem, narrativa, ficção, memória, estética e representação podem interpelar os próprios modos pelos quais o Direito interpreta, argumenta, decide, constrói autoridade e produz sentidos.

O tema escolhido para a décima quarta edição é especialmente representativo desse amadurecimento. Tradução, no XIV CIDIL, não significou apenas passagem entre idiomas. A programação e os trabalhos apresentados permitiram compreendê-la como problema hermenêutico, cultural, político e jurídico: tradução entre linguagens; entre experiências; entre diferentes formas de narrar o mundo; entre culturas jurídicas; entre sujeitos; e entre modos diversos de produzir e reconhecer sentidos.

Também a geografia dos trabalhos permite dimensionar a amplitude alcançada por essa comunidade científica. O XIV CIDIL reuniu pesquisas provenientes de instituições situadas em 17 unidades da Federação, abrangendo as cinco regiões brasileiras. Desse conjunto, 42,1% estavam vinculados a instituições da Região Sul; 32,2%, do Sudeste; 17,1%, do Nordeste; 5,3% do Centro-Oeste; e 3,3% do Norte. Mais do que registrar a extensão territorial do Colóquio, esses números tornam visível a capilaridade de uma comunidade de pesquisa que se constitui pela circulação de trabalhos, pesquisadores e interlocuções entre diferentes regiões do país.

Obviamente o dado deve ser lido para além da dimensão quantitativa. Vista territorialmente, a ideia de Rede deixa de ser apenas uma denominação institucional e passa a expressar uma circulação concreta de pesquisas e pesquisadores.

O Rio Grande do Sul, estado que sediou o encontro presencial, naturalmente apresentou a maior concentração, com 57 trabalhos vinculados a suas instituições. Mas a presença expressiva de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e de pesquisadores vinculados a instituições de diferentes pontos do país revela uma capilaridade que não se restringe ao local de realização do evento.

Nesse aspecto, a combinação entre atividades presenciais e remotas mostrou-se particularmente relevante para ampliar a capilaridade nacional do CIDIL. Como seria esperado em um evento realizado em Porto Alegre, a participação presencial apresentou forte presença de pesquisadores vinculados a instituições do Rio Grande do Sul. Dentre os trabalhos apresentados presencialmente, 50,6% provinham de instituições gaúchas. A modalidade on-line, entretanto, produziu uma significativa desconcentração territorial: dos 73 trabalhos apresentados remotamente, apenas 15 (20,5%) estavam vinculados a instituições do Rio Grande do Sul, enquanto 58 (79,5%) provinham de instituições de outros estados. O formato remoto, portanto, não constituiu apenas uma alternativa operacional à participação presencial, mas funcionou como importante instrumento de ampliação do alcance geográfico do Colóquio, favorecendo a presença de pesquisadores de diferentes regiões do país e fortalecendo a dimensão efetivamente nacional da Rede.

Mas uma comunidade científica não se mede apenas pela quantidade de trabalhos que consegue reunir ou pela extensão territorial que alcança. Tampouco se mede apenas pelos pesquisadores consagrados que participam de suas conferências e mesas. Mede-se, sobretudo, por sua capacidade de criar espaços nos quais pesquisadores em diferentes momentos de suas trajetórias possam apresentar hipóteses, submetê-las à crítica, encontrar interlocutores, reformular argumentos e transformar comunicações em produção científica publicada.

É por isso que os Grupos de Trabalho ocupam lugar central no CIDIL.

Eles constituem um espaço privilegiado de formação, circulação e amadurecimento da pesquisa. Entre a submissão de um resumo e a publicação de um artigo existe um percurso: submissão, avaliação, homologação, apresentação, interlocução, desenvolvimento do texto e publicação. Os Anais são, assim, não apenas memória do que foi apresentado, mas um dos resultados desse processo.

Essa dimensão formativa integra um projeto mais amplo. Ao longo dos anos, a RDL vem procurando construir espaços permanentes de pesquisa, formação, debate e publicação capazes de sustentar uma comunidade que já não se limita às fronteiras brasileiras. As interlocuções estabelecidas com pesquisadores e instituições de outros países, especialmente no contexto latino-americano, vêm contribuindo para inserir os estudos brasileiros em uma conversa mais ampla e, ao mesmo tempo, para fortalecer uma perspectiva capaz de formular seus próprios problemas.

Essa perspectiva importa.

Um movimento latino-americano de Direito e Literatura não pode limitar-se à recepção de categorias produzidas em outros contextos. Precisa ler suas próprias literaturas, interrogar suas experiências históricas e produzir categorias capazes de enfrentar problemas que atravessam nossas sociedades: desigualdade, colonialidade, violência, autoritarismo, democracia, memória, exclusão, acesso à justiça e direitos humanos.

Nesse sentido, fomentar os estudos em Direito e Literatura significa também contribuir para que eles se tornem progressivamente mais plurais em seus objetos, mais rigorosos em seus métodos, mais densos em seus referenciais e mais sofisticados nas perguntas que dirigem ao Direito.

O XIV CIDIL constitui uma etapa dessa trajetória.

E talvez um dos sinais mais importantes da vitalidade de uma comunidade científica seja justamente sua capacidade de não encerrar as perguntas. Um encontro

intelectualmente fecundo não termina quando se encerra sua programação. Algumas questões permanecem, outras se transformam e outras ainda dão origem a novos problemas.

Foi também assim no XIV CIDIL. Ao interrogarmos a tradução, fomos inevitavelmente conduzidos às questões da linguagem, da interpretação, da criação e da autoria. Entre os temas que atravessaram aquela edição já se encontravam as transformações produzidas pela inteligência artificial sobre a linguagem e a criação. A programação do XIV CIDIL incluiu, significativamente, uma conferência dedicada à relação entre criação, tradução, autoria, linguagem e inteligência artificial.

A pergunta permaneceu aberta.

E é precisamente ela que nos conduz, um ano depois, ao XV CIDIL, dedicado às relações entre Direito, Literatura e Inteligência Artificial.

Há nisso algo que talvez expresse, melhor do que qualquer estatística, o sentido de uma rede científica: uma pergunta conduz à outra; uma pesquisa encontra outra pesquisa; uma edição não encerra a anterior, mas continua a conversa iniciada por ela.

Os Anais que agora entregamos ao público são, portanto, simultaneamente memória e abertura. Guardam parte daquilo que aconteceu no XIV CIDIL, mas também realizam aquilo que todo texto pretende fazer quando encontra seus leitores: continuar circulando, produzir novas interpretações e suscitar novas perguntas.

Ao publicá-los, a Rede Brasileira Direito e Literatura reafirma uma aposta que atravessa sua trajetória: aproximar Direito e Literatura não para tornar o Direito mais ornamentado, mas para torná-lo mais capaz de interrogar suas linguagens, suas narrativas, seus silêncios, suas formas de representação e suas relações de poder.

Se, ao longo de quatorze edições, esse campo se tornou mais amplo, mais plural e mais complexo, isso se deve à existência de uma comunidade disposta a pensar conjuntamente: pesquisadores e pesquisadoras, estudantes, grupos de pesquisa, instituições, autores e leitores que continuam produzindo perguntas e estabelecendo interlocuções.

Publicar estes Anais é registrar uma parte dessa história. É também reconhecer todos aqueles que, de diferentes lugares, instituições e gerações, contribuíram para escrevê-la.

Estes Anais são, afinal, também a escrita de uma Rede.

Boa leitura!

Angela Araujo da Silveira Espindola

Presidente da Rede Brasileira Direito e Literatura